

# SUMARIO

APRESENTAÇÃO

## PARTE I

ASPECTOS INSTITUCIONAIS E MARCOS JURÍDICOS .....	21
O PROCESSO DECISÓRIO NA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL	
FERNANDA FERREIRA MATOS .....	23
1. INTRODUÇÃO .....	23
2. A NATUREZA, A FINALIDADE E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ANEEL .....	24
3. OS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS .....	25
4. O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL .....	29
5. O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ANEEL .....	33
6. CONCLUSÃO .....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	49
POSSÍVEL CONFLITO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A ANEEL E A CCEE QUANTO À APLICAÇÃO DE PENALIDADES	
JOÃO ALFREDO SERRA BAETAS GONÇALVES .....	53
1. INTRODUÇÃO .....	53
2. BREVE RESUMO SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO .....	55
3. DO SURGIMENTO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS NO BRASIL .....	58
4. DA CRIAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA E FINALIDADES DA CCEE .....	64
5. EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA PELA ANEEL .....	68
6. PENALIDADES NO ÂMBITO DA CCEE .....	71
7. CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DO SUPOSTO CONFLITO E DA OCORRÊNCIA DE <i>BIS IN IDEM</i> .....	74
8. CONCLUSÃO .....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	77
AS LICITAÇÕES DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E OS LEILÕES COMBINATÓRIOS	
CLÁUDIO SANTOS ORTIS .....	79
1. INTRODUÇÃO .....	79
2. FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA LICITAÇÃO PARA CONCESSÃO DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO .....	80
3. OS MODELOS DE LEILÃO .....	93
4. O TEOREMA DA EQUIVALÊNCIA DE RECEITA E OS MODELOS DE LEILÕES .....	99
5. O LEILÃO COMBINATÓRIO .....	101
6. MODELO DE LICITAÇÃO DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO COM UTILIZAÇÃO DE LEILÃO COMBINATÓRIO .....	103



7. CONCLUSÃO .....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	107
<b>COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL: IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO REGIME DE AUTOPRODUÇÃO PARA O DE PRODUÇÃO INDEPENDENTE DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	
RENATA NEIVA PINHEIRO .....	109
1. INTRODUÇÃO .....	109
2. COOPERATIVAS EM GERAL. CONCEITO LEGAL E CARACTERÍSTICAS .....	110
3. REGIME JURÍDICO GERAL DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS.....	114
4. REGULARIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL. PERMISSIONÁRIAS .....	117
5. COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL COM PARQUE GERADOR PRÓPRIO .....	121
6. REGIME DE EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. ....	124
7. CONCLUSÃO .....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	135

## **PARTE II**

### **A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO: UM DEBATE .....** 137

#### **DEBATE SOBRE UMA SEGUNDA PRORROGAÇÃO DE CONCESSÕES NO SETOR ELÉTRICO SEM LICITAÇÃO: VERDADES, MEIAS VERDADES E PONTOS PARA REFLEXÃO**

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA .....	139
1. INTRODUÇÃO .....	139
2. LICITAÇÃO <i>VERSUS</i> NOVA PRORROGAÇÃO DE CONCESSÕES ( <i>EX LEGIS</i> ) .....	144
3. BREVE PANORAMA SOBRE AS PRINCIPAIS PROPOSTAS E ALTERNATIVAS EM CONSIDERAÇÃO .....	157
4. AVALIAÇÃO PRELIMINAR DAS PROPOSTAS EM CONSIDERAÇÃO E SUGESTÕES COMPLEMENTARES VOLTADAS À AMPLIAÇÃO DO DEBATE .....	166
5. CONCLUSÕES .....	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. ....	174

#### **A AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA A PRORROGAÇÃO DE CONCESSÕES DE GERAÇÃO HIDRÁULICA DE ENERGIA ELÉTRICA**

RICARDO MARTINS SANT'ANNA.....	175
1. INTRODUÇÃO .....	175
2. ANTECEDENTES.....	176
3. CRITÉRIOS PARA A PRORROGAÇÃO DE CONCESSÕES DE GERAÇÃO HIDRÁULICA DE ENERGIA ELÉTRICA. ....	179
4. JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA DA ANEEL E DO MME .....	186
5. INSTRUÇÃO PROCESSUAL E ASPECTOS CONTÁBEIS .....	194
6. O EXEMPLO FRANCÊS .....	195
7. DA IMPOSSIBILIDADE DE SE DISPOR, DE FORMA GRATUITA, DAS RECEITAS HIDRÁULICAS POTENCIAIS .....	197

8. CONCLUSÃO .....	197
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	199
SITES DA INTERNET .....	200
<b>MARCO LEGAL REFERENTE ÀS PRORROGAÇÕES DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	
<b>DILERMANDO GOMES DE ALENCAR</b> .....	201
1. INTRODUÇÃO .....	201
2. PRAZO DO CONTRATO DE CONTRATO DE CONCESSÃO .....	202
3. PRORROGAÇÃO .....	204
4. PECULIARIDADES DAS PRORROGAÇÕES DAS CONCESSÕES DE ENERGIA ELÉTRICA .....	211
5. PRORROGAÇÃO. CONCESSÕES EXISTENTES. ARTIGO 19 DA LEI Nº 9.074/95. VISÃO GERAL .....	212
6. CONCESSÕES DE DISTRIBUIÇÃO E DE TRANSMISSÃO. PRORROGAÇÃO .....	215
7. GERAÇÃO. PRORROGAÇÃO. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	216
8. GERAÇÃO LEI Nº 9.074/95. HIPÓTESES .....	216
9. ARTIGO 27 DA LEI Nº 9 427/96 IMPOSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO .....	220
10. ARTIGO 27 DA LEI Nº 9 074/95. PRIVATIZAÇÃO. PRORROGAÇÃO .....	223
11. CONCLUSÃO .....	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	227

### **PARTE III**

<b>ASPECTOS REGULATÓRIOS</b> .....	229
<b>UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E NECESSIDADES DE REGULAÇÃO</b>	
<b>DANIEL JOSÉ JUSTI BEGO</b> .....	231
1. INTRODUÇÃO .....	231
2. HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO .....	232
3. O DIREITO À ENERGIA .....	241
4. POLÍTICAS PÚBLICAS E UNIVERSALIZAÇÃO .....	243
5. ATUAÇÃO DA ANEEL E COMPETÊNCIA NORMATIVA .....	246
6. NECESSIDADES DE REGULAÇÃO .....	248
7. CONCLUSÕES .....	256
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	259
<b>SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA EXPLORADOS EM REGIME JURÍDICO DE DIREITO PRIVADO</b>	
<b>ANDRÉ PATRUS AYRES PIMENTA</b> .....	261
1. INTRODUÇÃO .....	261
2. DESENVOLVIMENTO .....	263
3. REVISÃO DA DOUTRINA TRADICIONAL DO DIREITO ADMINISTRATIVO .....	275
4. NOVA CONCEPÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA – A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE KAERCHER LOUREIRO .....	288

5. CONCLUSÕES .....	295
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	297
<b>REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	
MARCIO ANDREY ROSELLI.....	301
1. INTRODUÇÃO .....	301
2. AGÊNCIAS REGULADORAS.....	301
3. O SERVIÇO PÚBLICO ADEQUADO .....	302
4. QUALIDADE DOS SERVIÇOS .....	306
5. DEFINIÇÃO DE QUALIDADE DO SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	309
6. REGULAÇÃO ECONÔMICA E QUALIDADE DO SUPRIMENTO.....	312
7. EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS SOBRE QUALIDADE DO SUPRIMENTO.....	316
8. APRIMORAMENTO DOS REGULAMENTOS SOBRE QUALIDADE DO SUPRIMENTO.....	318
9. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	327
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	329
<b>CONTROLE SECUNDÁRIO DE FREQUÊNCIA: PRESTAÇÃO, REMUNERAÇÃO E COMPARAÇÃO COM A REGULAÇÃO EM OUTROS MERCADOS DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	
GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR .....	331
1. INTRODUÇÃO .....	331
2. DEFINIÇÃO DE SERVIÇOS ANCILARES .....	332
3. TIPOS DE SERVIÇOS ANCILARES .....	333
4. DISPOSITIVOS LEGAIS E REGULATÓRIOS.....	338
5. REMUNERAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ANCILARES .....	343
6. CONTROLE SECUNDÁRIO DE FREQUÊNCIA – COMPARAÇÃO COM A REGULAÇÃO INTERNACIONAL.....	346
7. CONCLUSÕES .....	355
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	357
<b>POLÍTICA TARIFÁRIA, ASSIMETRIAS RESULTANTES E POSSÍVEIS APERFEIÇOAMENTOS</b>	
LEANDRO CAIXETA MOREIRA.....	361
1. INTRODUÇÃO .....	361
2. POLÍTICA TARIFÁRIA VIGENTE NO BRASIL .....	364
3. EFEITOS DA POLÍTICA TARIFÁRIA VIGENTE .....	379
4. APERFEIÇOAMENTO PROPOSTO DA POLÍTICA TARIFÁRIA .....	382
5. CONCLUSÃO .....	386
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	387
<b>A REVISÃO TARIFÁRIA DA CELPE DE 2005 E SEUS REFLEXOS NA REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL</b>	
RICARDO BRANDÃO SILVA .....	395
1. INTRODUÇÃO .....	395

2. O CONTEXTO DE 2005 .....	396
3. O PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REVISÃO TARIFÁRIA DA CELPE .....	397
4. AS AÇÕES JUDICIAIS .....	401
5. OS DESDOBRAMENTOS DO CASO .....	409
6. DO CONTROLE DOS ATOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS E A REPERCUSSÃO DO CASO NA LITERATURA ESTRANGEIRA .....	414
7. A EVOLUÇÃO DO PREÇO DA TERMOPERNAMBUCO E O RESULTADO DOS LEILÕES DE ENERGIA NOVA .....	416
8. O JULGAMENTO DA APELAÇÃO .....	418
9. DA DISFUNÇÃO DOS MECANISMOS DE CONTROLE DOS ATOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS .....	420
10. CONCLUSÃO .....	422
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	424
<b>UMA ALTERNATIVA DE INTERVENÇÃO REGULATÓRIA NO NEWAVE DO SETOR ELÉTRICO</b>	
FELIPE ALVES CALABRIA .....	425
1. O SETOR ELÉTRICO E O NEWAVE .....	425
2. PROCESSOS DE INOVAÇÃO .....	428
3. PROPRIEDADE INTELECTUAL .....	430
4. DEFESA DA CONCORRÊNCIA .....	436
5. A ALTERNATIVA DE INTERVENÇÃO REGULATÓRIA .....	440
6. CONCLUSÕES .....	445
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	447
<b>O USO DO POTENCIAL HIDRÁULICO PARA PRODUÇÃO INDEPENDENTE DE ENERGIA ELÉTRICA: UMA CONCESSÃO MISTA PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA</b>	
MÁRCIO PINA MARQUES .....	451
1. INTRODUÇÃO .....	451
2. A DICOTOMIA. SERVIÇOS PÚBLICOS <i>VERSUS</i> ATIVIDADE ECONÔMICA .....	452
3. A ESCOLHA POLÍTICA DO ESTADO E A DIVISÃO CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIAS .....	459
4. DO REGIME DE PRODUÇÃO INDEPENDENTE DE ENERGIA ELÉTRICA E A RESPECTIVA TÉCNICA CONCESSÓRIA .....	462
5. CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO <i>VERSUS</i> CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS .....	465
6. DA FORMA DE OUTORGA E O REGIME DE COMERCIALIZAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA .....	469
7. CONCLUSÕES .....	476
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	477

## PARTE IV

<b>QUESTÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS</b> .....	479
<b>REASSENTAMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: LIMITES DA COMPETÊNCIA REGULATÓRIA DA ANEEL</b>	
LÚCIA PENNA FRANCO FERREIRA .....	481
1. INTRODUÇÃO .....	481
2. O MODELO REGULADOR DE ESTADO E A QUESTÃO DO REMANEJAMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS .....	482
3. COMPETÊNCIA PARA A EMISSÃO DE DECLARAÇÃO EXPROPRIATÓRIA DAS ÁREAS DESTINADAS AO REASSENTAMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS .....	491
4. CONCLUSÃO .....	504
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	505
<b>A SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA POR INADIMPLÊNCIA DO USUÁRIO E SUA EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL</b>	
MARCELO ESCALANTE GONÇALVES .....	507
1. INTRODUÇÃO .....	507
2. A INADIMPLÊNCIA .....	508
3. BREVE HISTÓRICO .....	509
4. O REGIME DE REMUNERAÇÃO GARANTIDA E A CRISE DO SETOR .....	511
5. A PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO .....	513
6. A AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL .....	521
7. O NOVO MODELO DE REGULAÇÃO .....	523
8. A QUESTÃO DA SUSPENSÃO POR INADIMPLÊNCIA PERANTE O PODER JUDICIÁRIO .....	525
9. O ATUAL REGIME DE SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO POR INADIMPLÊNCIA .....	529
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	531
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	533
<b>INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRO – PROPOSTA DE UMA VISÃO SISTÊMICA: AMBIENTAL, SOCIAL, ECONÔMICA E INSTITUCIONAL</b>	
VILKER GERMANO MARTINS .....	535
1. INTRODUÇÃO .....	535
2. HISTÓRICO E CONTEXTO REGULATÓRIO DA SUSTENTABILIDADE .....	536
3. METODOLOGIAS DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE .....	547
4. AVALIAÇÕES E PROPOSTAS PARA O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA .....	554
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	561
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	562
ANEXO I .....	565
ANEXO II .....	572
ANEXO III .....	572